



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE MARÇO DE 2018.

Nº. 7/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, Paulo Jorge Maria do Nascimento, em substituição, ao abrigo do disposto do nº.1 do artigo 78º. da Lei nº.5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Sr. Vereador Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 10,40 horas.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, foi justificada a sua falta dada na reunião anterior, por motivo de falecimento de familiar.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Paulo Nascimento questionou a Câmara Municipal sobre a iniciativa Festival Sabores do Borrego, referindo que apenas conhecia a pouca informação genérica que foi colocada na rua, e neste âmbito colocou as seguintes questões: qual a estimativa orçamental da iniciativa? E tratando-se de uma iniciativa cofinanciada, qual o aviso e os termos de candidatura apresentada ao Programa Alentejo 2020, bem como ao Turismo de Portugal/Turismo do Alentejo? na medida em que os respetivos logos surgem na informação divulgada.

O Sr. Presidente da Câmara informou que a elaboração do programa está a decorrer normalmente e que, no dia 16 do corrente mês, se realizará uma conferência de imprensa no Fórum Municipal para a sua divulgação. Contudo, adiantou que se trata de uma iniciativa em pareceria com a Associação de Agricultores do Campo Branco e o Agrupamento de Produtores do Campo Branco, com uma programação que pretende valorizar o mundo rural e a dinâmica da agricultura e dos agricultores do nosso concelho. O evento terá uma componente de debate, mostra de Rafeiros Alentejanos, uma Feira da Terra, almoço “com pastores” e espetáculos numa tenda a instalar no Largo da Feira. Adiantou ainda o Sr. Presidente que, no dia 26, começará uma Semana Gastronómica com 12 restaurantes do concelho e que, na sessão de abertura, está confirmada a presença do Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Capoulas Santos.

Informou ainda que, na próxima reunião de Câmara, dará informação ainda mais pormenorizada sobre o respetivo programa.

Quanto à candidatura desta iniciativa a financiamento comunitário, informou o Sr. Vereador David Marques que o processo não está ainda fechado, havendo a hipótese da mesma poder ser enquadrada em diferentes linhas de financiamento, no entanto numa delas a percentagem dessa mesma participação será de 85%.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

Não participou na votação o Sr. Vereador Paulo Nascimento por não ter estado presente na mesma reunião.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente recebido:

- Pré-aviso da greve convocada pela Federação Nacional de Educação, para os dias 13 a 16 de Março corrente.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar Os Verdes dando conhecimento do seu projeto de resolução sobre o “Reconhecimento da elegibilidade das pastagens arbustivas nas regiões de montanha, para efeitos de ajudas da PAC.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Proposta de Regulamento do Sistema de Controlo Interno:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando a importância que tem o Sistema de Controlo Interno, adiante (SCI) a adotar pelas autarquias locais, que engloba, designadamente: o plano da estrutura orgânica da autarquia, organigrama, políticas a desenvolver em termos técnicos e instrumentais, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, no estrito cumprimento da lei e regulamentos, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos;

Considerando que este fora elaborado tendo em linha de conta a nossa realidade ao nível dos recursos humanos, quer dos trabalhadores constantes no Mapa de Pessoal desta Autarquia, quer dos eleitos que constituem o Órgão Executivo;

Considerando que com isso estarmos salvaguardados perante a Tutela, a Inspeção-Geral das Finanças e o Tribunal de Contas, atendendo que é o documento que utilizam quando das inspeções e auditorias às autarquias locais;

Assim, face ao exposto, proponho a sua aprovação, ao abrigo do disposto no 2.9.3. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 59-A/99, de 22 de fevereiro e art.º 33º/1-i), do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Paulo Nascimento e António João Colaço, aprovar a proposta de Regulamento do Sistema de Controlo Interno, cujo documento se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como isso, como aqui integralmente transcrito.

2. - Inventariação e valorização dos bens do imobilizado (imóvel):

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando a recomendação do Tribunal de Contas constante do seu ofício nº. 3242/2017, de 29 de setembro de 2017, com a refª. DVIC.2, Proc.º 18784/2011, com entrada na Câmara Municipal de Castro Verde, em 11 de outubro do mesmo ano;

Considerando que concluímos a inventariação e valorização dos bens do imobilizado (imóvel), cf. doc. em Anexo I, tendo em linha de conta os critérios plasmados no SNC-AP, ou seja pelo seu justo valor – cf. NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis, 5 – Mensuração no Reconhecimento, Anexo II, do Decreto-Lei nº.192/2015, de 11 de setembro;

Assim, face ao exposto, proponho a aprovação dos valores individuais constantes no mencionado anexo, relativamente à sua avaliação, ao abrigo do disposto no art.º 33º/1-i), do Anexo I, à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Paulo Nascimento e António João Colaço, aprovar os valores constantes no anexo à presente proposta, cujo documento se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Procedimento de contratação por tempo indeterminado, para o preenchimento de lugares constantes do Mapa de Pessoal:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta, apresentada pelo Sr. Presidente:

“Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara, Municipal, de 26 de fevereiro de 2018, relativamente à existência de funções que correspondem a necessidades permanentes da Autarquia e cujo vínculo jurídico consideramos inadequado;

Considerando a necessidade de avançar com o procedimento de contratação por tempo indeterminado, para o preenchimento dos lugares constantes no Mapa de Pessoal, vagos e dotados e respetiva autorização, cf, o disposto no art.º 19º/3-a) da Portaria nº.83-A/2009, de 22 de janeiro, artigo 33º/1, da LTFP e ainda o artigo 5º/2-a), do Decreto-Lei nº. 209/2009, de 3 de setembro;

Assim, face ao exposto, proponho a V. Exªs:

- a) A autorização para abertura do procedimento e consequente recrutamento necessário e preenchimento dos lugares constantes do Mapa de Pessoal, vagos e dotados;
- b) A aprovação do respetivo montante da despesa com os encargos que resultam dos novos recrutamentos a fazer, cujos valores constam das respetivas classificações económicas constantes no Orçamento Municipal da Autarquia para 2018.

Na apreciação desta proposta, o Sr. Vereador António João Colaço reparou que a mesma não faz referência a que pessoal se destina o procedimento pretendido, nomeadamente à regularização dos precários, ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, podendo assim levar a outras interpretações.

O Sr. Vereador David Marques lembrou que a proposta aponta para a deliberação tomada no dia 26 de Fevereiro do ano corrente, sobre a regularização do pessoal precário, pelo, em sua opinião não havia dúvidas sobre qual o pessoal a abranger com este procedimento.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Paulo Nascimento e António João Colaço, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

Justificaram os Srs. Vereadores a sua abstenção, com a seguinte declaração de voto:

“Os eleitos da *CDU – Coligação Democrática Unitária*, na reunião ordinária da Câmara Municipal de Castro Verde, de 15 de março 2018, optam pela abstenção na proposta subscrita pelo Senhor Presidente, por considerarem que o texto da mesma não é esclarecedor, na medida em que se tratando de mais um ato no “*processo de regularização de pessoal em situação precária*”, conforme se pretende com a alusão à reunião ordinária de 26 de fevereiro 2018, o mesmo não faz qualquer tipo de alusão à Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, nem referência aos lugares em causa.

Perante a indisponibilidade manifestada de alteração do texto da proposta, texto que não consideramos correto, optamos pela abstenção, não estando em causa a nossa concordância com, e a urgência de resolução, do processo de regularização de pessoal em situação precária, posição que já expressámos em declaração de voto anterior.

4. - Autorização de procedimento para abertura de concurso público para aquisição de gás propano, a granel, para equipamentos desportivos:

Apreciou a Câmara a proposta de autorização de procedimento, elaborada pelo Gabinete do Planeamento e Gestão de Contratos, para efeitos de abertura de concurso público para aquisição de gás propano a granel destinado a equipamentos desportivos, até ao montante de 65.000,00 €/ano, o que perfaz um valor de 130.000,00 €, em dois anos, conforme programa de procedimento e caderno de encargos que anexa.

A Câmara, deliberou, por unanimidade e nominalmente, autorizar o procedimento em causa nas condições contidas no programa de procedimento e caderno de encargos, os quais se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

5. - Emissão de parecer prévio para a celebração de contrato de aquisição de serviços:

Na sequência da fundamentação apresentada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, emitir parecer prévio favorável, em conformidade com o disposto no n.º 6 do art.º 61º da Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro (LOE 2018), para a celebração de um contrato de prestação de serviços, por ajuste direto (regime geral - simplificado), de organização e atualização de documentação da Biblioteca Municipal, com Karem Martins Nobre Tomé, pelo valor mensal de 700,00 €, por um período de seis meses.

6.- Ratificação da emissão de licenças especiais de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara os atos das decisões que tomou relativamente às licenças especiais de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, a Marco Gabriel Graça Constantino, para realização de música ao vivo no Café 7ª. Arte, em Castro Verde, das 23 às 2 horas, no período de 3 a 31 de Março, em cada dia que pretenda realizar o evento; à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde, para a realização de baile de finalistas, das 22,30 horas do dia 16 até às 4 do dia 17 de Março, no recinto polivalente da Escola Secundária de Castro Verde; e à Casa do Benfica de Castro Verde para realização de música ao vivo, das 12 horas até às 23 do dia 11 de Março, no âmbito da comemoração do seu XV Aniversário.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão das referidas licenças especiais de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras particulares:

1. - Caducidade de processos de obras:

De harmonia com a informação da Secção de Licenciamento de Urbanização e Edificação, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, declarar a caducidade dos seguintes processos de obras:

- nº. 22/2014, de Vasco Fernando Canas Miranda, para construção de pavilhão agrícola na Herdade dos Cabeceiros, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével.
- nº. 23/2014, de Vasco Fernando Canas Miranda, para construção de pavilhão agrícola no Monte Vale Gonçalo, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével:

2. - Deliberação final sobre processos de obras:

Apreciou a Câmara e, com base nos pareceres prestados pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, aprovou por unanimidade e nominalmente, os seguintes projetos para efeitos de deliberação sobre os respetivos processos de obras:

- das especialidades, apresentados por Jorge Rodrigo Nunes V. L. Bobone, para ampliação e remodelação de casa de campo – turismo, no Monte da Apariça, na freguesia de Entradas (proc.º n.º.25/2017).
- de arquitetura e especialidades apresentados por Vasco Fernando Canas Miranda, para construção de pavilhão agrícola na Herdade dos Cabeceiros, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével (Proc.º nº.4/2018).
- de arquitetura e especialidades apresentados por Vasco Fernando Canas Miranda, para construção de pavilhão agrícola no Monte Vale Gonçalo, na União de Freguesias de Castro Verde e Casével (Proc.º nº.5/2018).

DIVISÃO DE ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Celebração de protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando que é uma competência própria de Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social e outras de interesse para o Município;

Considerando que a Saúde e a Proteção Civil estão dentro das atribuições dos Municípios, cf. o disposto no art.º 23º do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de setembro; e que, constitui uma preocupação da Câmara Municipal contribuir para a melhoria das condições de apoio à população do concelho, particularmente no respeitante às áreas da Saúde, Assistência, Proteção Civil e Segurança;

Proponho que, para a prossecução dos objetivos aqui descritos, seja atribuída à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Verde, a verba de 54.912,00 € (cinquenta e quatro mil, novecentos e doze euros) para apoio ao funcionamento, e, 13.728,00 € (treze mil, setecentos e vinte e oito euros) para apoio a investimentos, para o ano de 2018, a pagar mensalmente e em 12 (doze) vezes.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e para a sua implementação estabelecer com a referida Associação o protocolo de colaboração, nos termos contidos na respetiva minuta que se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

2. - Celebração de protocolo de colaboração com a Delegação de Castro Verde da Cruz Vermelha Portuguesa:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“As instituições de solidariedade desempenham uma ação insubstituível na promoção de atividades e iniciativas do âmbito do desenvolvimento social e de apoio aos setores mais desfavorecidos das comunidades.

O “Núcleo” de Castro Verde da Cruz Vermelha Portuguesa constitui no concelho uma das instituições de solidariedade vocacionadas para o apoio social no âmbito específico, de socorro, transporte e ainda do apoio a doentes mais desfavorecidos.

A manutenção e desenvolvimento das atividades promovidas pelo “Núcleo” da Cruz Vermelha Portuguesa só é possível com o apoio e conjugação de esforços por parte de diversas entidades, designadamente Autarquias Locais.

Assim, para a prossecução dos objetivos aqui descritos, proponho a atribuição ao “Núcleo” de Castro Verde da Cruz Vermelha Portuguesa, da verba de 12.884,00 € (doze mil, oitocentos e oitenta e quatro euros) para apoio ao funcionamento, e 3.221,00 € (três mil duzentos e vinte e um euros) para apoio a investimentos, para o ano de 2018, a pagar mensalmente e em 12 (doze) vezes.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara e para a sua implementação estabelecer com a referida Delegação o protocolo de colaboração, nos termos contidos na respetiva minuta que se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

3. - Jogos Concelhios - 2018:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente a proposta de realização dos Jogos Concelhios, apresentada pelo Sr. Vereador David Marques, com início no próximo dia 17 de

Março e término no dia 26 de Junho do ano corrente, conforme documento que se anexa à presente ata, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

Na apreciação desta proposta, o Sr. Vereador Paulo Nascimento congratulou-se com a continuidade dos Jogos Concelhios, salientando que os mesmos têm um papel importante a desempenhar na comunidade, preenchendo um espaço importante de atividade lúdica e de sensibilização para a prática de atividade física informal, que existe quando se articulam os diferentes programas desportivos e de atividade física dinamizados por diferentes agentes locais.

4. - Concessão de cartões sociais:

Com base na informação nº.106 da da Divisão de Educação e Ação Social e respetiva documentação anexa deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Maria Assunção Santos Guerreiro Albino, residente em Aivados, e a Amália Gonçalves Costa, residente em S. Marcos da Ataboeira, ambas no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de: Maria da Conceição Farias Mateus, residente em Aivados, e de Alberto Amorim dos Santos, residente em Casével, ambos no escalão A.
- Indeferir o pedido de Maria Inácia Guerreiro Castanho, residente em Castro Verde, em virtude do seu rendimento per capita exceder o previsto no respetivo regulamento municipal.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 11,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.